




INFORMATIVO



Ano 11 – Nº 104	Junho, Julho e Agosto de 2018	  UDESC UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL PETGeo INFORMATIVO	

ISSN: 1982-517X

Sumário

EDITORIAL	3
DE OLHO NO PROGRAMA	4
POLÍTICAS LOCAIS	6
GÊNESE DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO E SERVIÇO NA AV. MADRE BENVENUTA, SANTA MÔNICA, FLORIANÓPOLIS, SC	7
O IMPACTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL NO TURISMO DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS/SC	20
PET INDICA	30
EVENTOS	32

Nessa edição:

PET Geografia FAED/UDESC

Expediente: Junho a Agosto de 2018

PETianos: Ana Flávia Pereira, Bárbara Isadora Grando, Bella Kern Torres de Pereira, Bernardo Simon Provedan, Bruno Martins Vieira, Ciro Palo Borges, Ianaê Tadei Martins, Isabella de Carvalho Souza, Laura de Mello Holme, Leonardo Martins Bandeira, Marcus Vinicius da Lima Xavier, Marcelo de Araújo, Mário André Corrêa de Faria, Matheus Krein Trajano, Valentine de Oliveira.

Tutora: Prof.^a Vera Lucia Nehls Dias.

Edição: Laura de Mello Holme, Leonardo Martins Bandeira, Mário André Corrêa de Faria

Revisão: Grupo PET-Geografia

Impresso pelo Grupo PET-Geografia FAED/UDESC, em tamanho A4, fonte Arial.

Sugestões, reclamações, convites, opiniões: petgeopress@gmail.com

Editorial

Caro leitor,

Nesta edição, apresentaremos as atividades realizadas pelo PET Geografia entre os meses de junho e agosto. Mesmo durante o recesso escolar, ocorrido em julho, o grupo manteve suas atividades e teve oportunidade de ir a Campinas (SP), onde se sediou o 23º Encontro Nacional dos Grupos PET, o evento de maior abrangência e importância para o programa.

O mês de junho foi bastante produtivo com diversos projetos internos e externos. O projeto de extensão intitulado Cartografia para Crianças foi aplicado na Escola Estadual Básica Hilda Teodoro Vieira para duas turmas do quinto ano do ensino fundamental. Elaborado em 2013, visa a iniciação e alfabetização cartográfica para crianças de 10 a 12 anos. Além disso, realizou-se um grupo de estudos vinculado ao projeto de ensino “Desconstruindo Situações-Problema” com a temática sexualidade. A professora Patrícia de Oliveira (Departamento de Pedagogia) mediou o debate que contou com a participação de

petianos e estudantes da graduação.

Ao longo do ano debateu-se acerca do Regimento Interno, documento que rege o grupo PET Geografia da UDESC e que está em consonância com os documentos que regem o programa em âmbito nacional, sendo finalizado, apreciado e aprovado pelos integrantes do grupo no mês de junho.

Em parceria com o projeto de extensão, Bicho Geográfico da professora Ana Maria Hoepers Preve, foi proposto ao grupo a execução de uma trilha ao Morro do Cambirela, localizado no município de Palhoça (SC). Entretanto, devido às intempéries do tempo, o projeto teve de ser adiado para os meses subsequentes (data a definir).

No mês de agosto, houve desligamento de alguns bolsistas, são eles (as): Ana Flávia Pereira, Bárbara Isadora Grando, Bernardo Simon Provedan, Isabella de Carvalho Souza, Marcelo de Araújo, Mário André Corrêa de Faria e Valentine de Oliveira. Os egressos se dedicarão ao Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), bolsas de pesquisa e monitorias.

De Olho no Programa

*Marcelo de Araújo
Mário André Corrêa de Faria*

Entre os dias 15 a 20 de julho, foi sediado na cidade de Campinas, no estado de São Paulo, a 23ª edição do Encontro Nacional dos Grupos PET (ENAPET). O evento reuniu aproximadamente 1200 petianos das cinco regiões do Brasil. O ENAPET ocorre anualmente e tem como objetivo debater questões relacionadas aos grupos, envolvendo suas problemáticas e desafios, bem como fomentar questões relacionadas à educação brasileira. O encontro foi organizado por petianos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e sua sede foi escolhida durante a Assembleia Final do 22º ENAPET, ocorrido em Brasília (DF).

Os cinco dias de evento foram destinados a encontros de discentes e docentes, atividades culturais, encontros por atividades, oficinas, apresentações de trabalho, grupos de discussão e trabalho (GDT) e, por fim, assembleia geral. Os GDT são espaços destinados para discussão e aprimoramento de questões relacionadas ao programa e visam a melhoria e a manutenção do mesmo. As questões debatidas são levadas à Assembleia Geral, onde são apreciadas e, posteriormente votadas.

O grupo PET Geografia da UDESC elaborou e apresentou três trabalhos no ENAPET: "TRILHAS E TRILHOS: Caminhos informais na formação dos acadêmicos de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina", "Desconstruindo Situações-problema" e "A Geografia como Profissão". Os trabalhos versam sobre alguns projetos elaborados e aplicados pelo grupo ao longo de sua trajetória.

Desde o ano de 2016, as questões relacionadas às tão ditas "minorias políticas" vem sendo cada vez mais debatidas nos eventos regionais e nacionais do PET. Tal fato se dá à implementação da obrigatoriedade de que em todos eventos seja destinado um GDT para a discussão destas pautas. Neste ano, muitos encaminhamentos importantes, que vinham sendo debatidos à alguns anos, foram finalmente aprovados em assembleia geral, entre eles, destacaram-se os encaminhamentos relacionados ao GDT de diversidade, que

discutiu pontos pertinentes às causas dos grupos socialmente excluídos, sendo eles, mulheres, comunidade LGBT, grupos étnico-raciais socialmente desfavorecidos e comunidades tradicionais. Entre os encaminhamentos aprovados, destaca-se a implementação de cotas raciais obrigatória no processo seletivo do programa, além da flexibilidade e sensibilidade em relação à aprovação de pessoas LGBT, em vulnerabilidade socioeconômica e pertencentes à comunidade tradicionais e a formalização da comissão Diversifica PET, a fim de garantir a pluralidade nos grupos e também a promoção da diversidade, como versa a portaria nº 343/2013 (MEC) no inciso VIII do artigo 1º.

A comissão Diversifica PET foi criada no 22º ENAPET com o intuito de garantir a promoção da diversidade no programa através da promoção de atividades relacionadas ao tema, além de servir como canal de denúncia para situações de discriminação para com as minorias e o não cumprimento do inciso VIII do artigo 1º (portaria nº 343/2013). A partir deste ano a comissão terá um regimento interno para definir suas diretrizes que está sendo elaborado por um grupo de trabalho, pré-definido no último ENAPET e que posteriormente será analisado e aprovado pelo conselho da CENAPET (Comissão Executiva Nacional do PET).

Tais encaminhamentos foram de suma importância para o crescimento do programa, tendo em vista que grande parte destes, foram completamente desprezados e questionados pela comunidade PETiana durante os eventos anteriores. Com certeza este foi um ano vitorioso onde finalmente o discurso conservador de muitos grupos em relação a implementação de pautas que prezam pela inclusão e pluralidade (principalmente em relação às cotas raciais) foi vencido. A partir de agora a luta passa a ser pelo mantimento destas conquistas.

Políticas Locais

Filipe (DEX-talvez)
Mario

No decorrer de agosto deu-se início a implantação de uma horta comunitária no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), na Universidade do Estado de Santa Catarina. A horta contará com apoio de estudantes, técnicos, terceirizados, professores e comunidade externa.

O projeto inicial foi idealizado pelo técnico universitário Filipe Martins, da Direção de Extensão (DEX) da FAED. A inserção da horta no ambiente universitário proporciona uma troca de saberes de questões ambientais, alimentares e biológicas entre os envolvidos, além de promover, a partir destas experiências, novos caminhos para futuros profissionais, sejam bacharéis ou licenciados. Somado a isto, a não utilização de agrotóxicos na Horta Urbana aproxima a comunidade de questões atualmente em voga relacionadas ao uso de agrotóxicos no Brasil.

Projeto da Horta Urbana



Fonte: Horta Urbana - Experiências de Cultivo na FAED (Facebook)

Para consolidação e manutenção da Horta Urbana será necessário apoio da comunidade externa e estudantes e funcionários da Universidade.

Gênese das Atividades de Comércio e Serviço na Av. Madre Benvenuta, Santa Mônica, Florianópolis, SC

Thiago Afonso Peron¹

Resumo

O presente trabalho utilizará para estudo uma avenida da cidade de Florianópolis, Santa Catarina, a Av. Madre Benvenuta, mais especificamente, a parte da Avenida que se encontra no bairro Santa Mônica, pois esta se encontra no bairro Trindade e Itacorubi também. Escolheu-se trabalhar com a parte mais longa da Avenida, pois está no passado foi seccionada por uma rodovia.

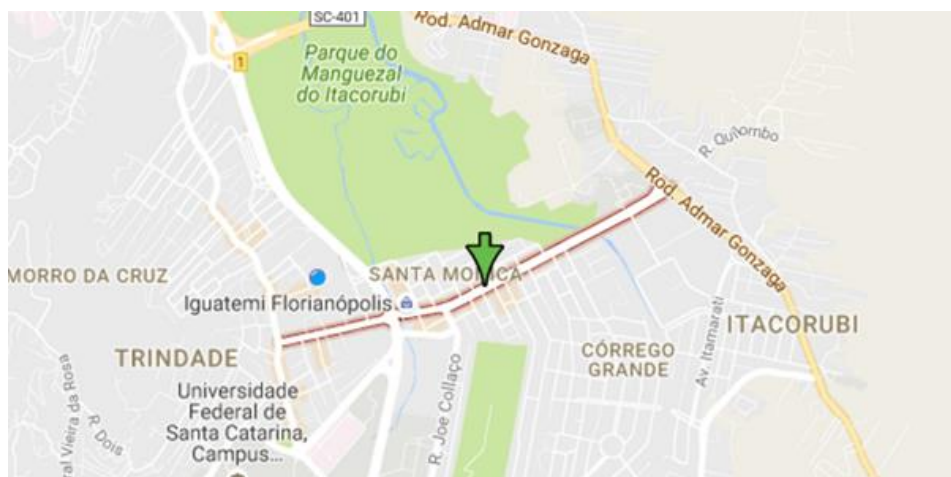


Figura 1: Avenida Madre Benvenuta destacada em vermelho. A primeira porção que vai da Trindade ao Shopping Iguatemi pertence ao bairro Trindade; a segunda parte que vai do Shopping Iguatemi ao Rio Sertão é a parte estudada neste trabalho e pertencente ao Bairro Santa Mônica; e a parte final que vai do rio Sertão a Rodovia Admar Gonzaga faz parte do Bairro Itacorubi. Fonte: Google Maps

Palavras-chave

Geografia Urbana, Florianópolis, Comércio.

1 Avenida Madre Benvenuta

Para estudarmos a origem do comércio e serviço que se instalaram ao longo da avenida necessitamos saber um pouco sobre a história da cidade de

¹ Acadêmico de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Florianópolis, dos bairros circunvizinhos (Itacorubi, Trindade, Córrego Grande e Pantanal) também do bairro onde se localiza a avenida a ser estudada (Santa Mônica).

Utilizaremos como base teórica o livro “Espaço e Método” de Milton Santos, que em seu quarto capítulo fala sobre as categorias do método geográfico sendo elas: forma, função, estrutura e processo. Basicamente Milton Santos nos fala que forma, função e estruturas não podem ser estudadas sozinhas, elas se completam. Elas acontecem simultaneamente no espaço geográfico construído socialmente ou não. E o processo é o que as liga. Vendo isso na dinâmica da Av. Madre Benvenuta conseguimos distinguir formas, como parques, centros comerciais, residências e comércios e prestadores de serviços, os quais estão desempenhando uma determinada função. E que estão dentro de uma estrutura maior, um bairro urbano. E o processo é o que acontece a todo o momento ao longo dos anos e que faz essa dinâmica ser uma dinâmica, ter fluidez e movimento. E também na avenida vemos as Rugosidades, que são formas que no passado tinham uma função e que no presente apresentam outra função, entretanto mantendo a mesma forma. A avenida não apresenta grandes rugosidades.

Mas voltando a história, para entendermos a gênese do bairro, até os anos 60 o centro de Florianópolis era o ponto urbanizado que existia na ilha, onde se encontrava o setor terciário mais fortemente e também os órgãos públicos. Silva (2004) sustenta que:

“Até a metade do século XX, o município apresentou um processo lento de crescimento comparado a outras capitais brasileiras, visto que não desenvolveu uma indústria local. Tinha como núcleo urbano a área oeste da ilha, mais próxima ao continente, e alguns pequenos núcleos espalhados por seu interior.”

Entretanto a partir da década de 60 isso começa a mudar, pois áreas onde eram rurais e pouco habitadas começaram a ter seus primórdios de urbanização, estas áreas são os atuais bairros da Bacia do Itacorubi, Córrego Grande, Pantanal, Trindade, Itacorubi e Santa Mônica.

Temos um fator que faz com que essas áreas se urbanizem, a instalação de órgãos estatais, da esfera estadual e federal. Órgãos como a Universidade Federal, a ELETROSUL entre outros. Cristina Camilo dos Santos que estudou a urbanização da bacia do Itacorubi destaca:

“Entre as décadas de 1970 e 1980, foram construídos a ELETROSUL no Pantanal, os órgãos ligados ao setor agrícola (CIDASC, Secretaria de Agricultura, EPAGRI, CETRE da EPAGRI, CCA/UFSC), TELESC, UDESC CETRE do BESC, CIASC e CELESC no bairro Itacorubi, que contribuíram decisivamente para o intenso processo de ocupação e urbanização da Bacia do Itacorubi. (SANTOS, 2003, p. 88).”

Com a instalação destas as áreas em torno começaram a agregar valor econômico. Estudantes, docentes, trabalhadores se mudaram para a bacia do Itacorubi em busca de empregos e de formação acadêmica. Fazendo com que demandasse habitações para comportar essas pessoas, e comércios e serviços para atender localmente.

Os loteamentos cresceram para atender a demanda, muitos destes eram destinados a classes sociais mais altas como nos mostra Santos:

Entre os loteamentos aprovados, muitos foram destinados às classes média e média alta, para atender a crescente demanda de funcionários dos órgãos públicos, que desejavam morar próximo ao local de trabalho. São exemplos: o Loteamento Santa Mônica (1970), Parque São Jorge I (1972), Parque São Jorge II (1982), Flor da Ilha I (1974), Flor da Ilha II (1981), Jardim Anchieta (1975), Jardim Germânia I (1983) e Jardim Germânia II (1998) (SANTOS, 2003, p. 64).

E como citado acima, afinilamos nosso estudo para o Bairro Santa Mônica o qual comporta a avenida que estamos estudando. O loteamento data do ano 1970, para atender a demanda crescente por habitação vinda com a instalação das estatais na região. O loteamento surgiu pela iniciativa das freiras da Sociedade Divina Providência que compraram as terras e existentes entre os rios Itacorubi, Sertão e o Mangue do Itacorubi. Segundo registros históricos da Associação Comunitária Jardim Santa Mônica (ACOJAR) o terreno era baixo e arenoso e foi dividido em 850 lotes e áreas reservadas para mercados, jardim, praças e praças de esporte.

O loteamento em primeiro momento era tido em sua totalidade como residencial, porém por estar em boa localização, perto de órgãos públicos, da universidade Federal e por ser caminho para a parte leste da ilha, a dinâmica

econômica mudou. Silva (2004) traz o surgimento do comércio e serviços na Av. Madre Benvenuta:

“[...] o uso do solo começou a sofrer alterações, iniciando pelas residências ao longo da Avenida principal do bairro, a Madre Benvenuta, que devido à facilidade de acesso e visibilidade, deu lugar a estabelecimentos comerciais e de serviços, que começaram a surgir antes mesmo do zoneamento no local permitir.”

Um exemplo concreto dessa nova dinâmica foi a instalação da concessionária de veículos Santa Fé em 1988.

Porém no final dos anos 80 a legislação foi alterada, justamente pelas pressões econômicas, e o Loteamento passou a poder exercer atividades de comércio e serviços, ou seja, o zoneamento foi alterado para se adaptar a nova realidade. Podemos ver aqui as categorias de Milton Santos acontecendo, a área tinha a estrutura residencial e agora passa a ter uma estrutura mista, de residência e comércio e serviços, fazendo com que casas a beira da Av. Madre Benvenuta se tornassem comércios, mantendo a sua força e alterando sua função. Um processo que vem acontecendo do final da década de 80 até a atualidade.

No ano de 1999 o loteamento Santa Mônica é regularizado pela prefeitura e passa a se tornar Bairro Santa Mônica.

Silva (2004) afirma que “muitos outros empreendimentos comerciais voltados para as classes mais abastadas começaram a surgir no bairro”; principalmente na avenida principal, que se tornou o coração comercial do bairro.

No ano de 2007 um *Shopping Center* (Iguatemi) foi instalado no início da avenida, fazendo com que a área se valorizasse. Como nos diz Roberto Lobato Corrêa (1989) em seu trabalho “Espaço Urbano” existem duas características que atraem os empreendimentos, a boa acessibilidade e status social elevado dos moradores. Estas características se aplicam ao Bairro Santa Mônica, bairro bem centralizado, de geografia não acidentada, de fácil acesso e de moradores de classe média e média alta. Sendo que estas são traduzidas fisicamente na Av. Madre Benvenuta, a principal rua comercial do bairro.

Ao longo da avenida estão instalados muitos estabelecimentos, o Guia Floripa faz um apanhado geral dos tipos de estabelecimentos: clínicas médicas e veterinária, revendedoras de veículos, postos de gasolina e supermercados, além de três centros comerciais. Na parte de comércio temos farmácias, lojas de roupas, decoração, papelaria. Na questão de entretenimento e gastronomia há bares, cafés, restaurantes e casas noturnas do tipo *lounge*; e o Shopping Iguatemi, que conta com mais de 160 lojas, praça de alimentação e sete salas de cinema.

A tendência do bairro é cada vez mais ter estabelecimentos comerciais e de serviço, perdendo um pouco mais seu caráter residencial e fazendo com que a comunidade se resolva e não queira a entrada destes estabelecimentos. Estes causariam poluição sonora, ambiental e visual, além de um, fluxo maior de transporte, perdendo a essência inicial do bairro, que era residencial e sossegado.

Ao finalizar este trabalho, vimos que tanto o bairro como a Av. Madre Benvenuta passou por muitas mudanças em um curto período de tempo, passando de rural nos anos 40 à residencial nos anos 70 e misto (comercial e residencial) no final dos anos 80. A avenida em si tornou o cordão central e cortante do bairro que apresenta as características mais fortes de comércio e serviço.

2 Circuitos da Economia Urbana: superior, superior marginal e inferior

Com base no texto de Milton Santos sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana atual (os circuitos superior, inferior e superior marginal) vou analisar a Av. Madre Benvenuta, mostrando em qual circuito se localiza cada estabelecimento da avenida, tentando relacionar com o grau tecnológico e as escalas internacional, nacional, regional e local.

Começaremos pelo circuito superior, dentre os estabelecimentos que mais se destacam desta categoria são: os bancos, Santander, Sicredi, Banco do Brasil Estilo; o Shopping Iguatemi; algumas lojas dos centros comerciais, como Koerich; o Supermercado Angeloni; concessionárias de automóveis, Globo Ford, Vip Car Nissan, Santa Fé Automóveis (Chevrolet), Automega

Renault; Postos de Combustível, Ipiranga e BR Petrobras; Loja de Colchões Ortobom; Escola de idioma Yázigi; Lavanderia 5asec; as redes de farmácia Droga Raia, Panvel e Preço Popular

O grau tecnológico dos estabelecimentos citados a cima é o mais alto encontrado na avenida e todos são de redes de franquias, sendo de nível mundial, nacional e regional. Os estabelecimentos que estão em todo o mundo são Santander, a Ford, Chevrolet, Renault, Nissan, ou seja, as grandes marcas de automóveis e também as grandes marcas no Shopping. Estabelecimentos de nível Nacional são Ipiranga, Petrobras, Ortobom, Yázigi, Droga Raia, 5asec, Sicredi e Banco do Brasil Estilo. E estabelecimentos de nível regional são Koerich, Angeloni, Preço Popular e Panvel (que atingem todo sul do país, São Paulo e Mato Grosso).

Agora, partimos para os estabelecimentos que compõem o circuito superior marginal. São eles: farmácia de manipulação - Fonte de Saúde; Concessionária Massaru Multimarcas; Restaurantes em geral e bares (Frango & Fritas, Armazém da Pasta, Fugisan Sushi, Uncle Joe`s, Soul Goumert, etc); Clínica Veterinária Clínica e Cão.Com; loja de colchão; lojas de roupa; lojas de decoração; algumas lojas dos centros comerciais; e advocacias.

Os estabelecimentos a cima estão nesta categoria porque não tem importância internacional ou nacional, apenas na região da Bacia do Itacorubi (bairro Trindade, Santa Mônica, Córrego Grande, Itacorubi, Pantanal e Carvoeira). E são estabelecimentos voltados para quem tem poder aquisitivo, classe média e média alta. O grau tecnológico destes é razoavelmente bom, a maioria possui *website*, fazendo vendas e atendimento *online*.

E, por fim, estabelecimentos que elenquei no circuito inferior, são eles: alguns *food trucks* e vendedores de lanches rápidos (cachorro-quente e sanduíche) que trabalham apenas no período na noite, sem um lugar fixo. Que apresentam relevância local e o grau de tecnologia é mínimo, apresentam uso da máquina de cartão.

Como se pode ver com o croqui e a análise que realizei aqui que a Av. apresenta mais elementos do circuito superior e superior marginal e um número mínimo de estabelecimentos. Não sendo reducionista, mas pelo Bairro Santa Mônica ser historicamente para pessoas de classe média e média alta

podemos supor que é por isso que não existem tantos estabelecimentos de circuito inferior.

3 Importância da Av. Madre Benvenuta para o bairro e para o município

Anteriormente falei do histórico de formação da região da Bacia do Itacorubi, abordando os porquês do desenvolvimento dos bairros que ficam nesta. Explicando o grande crescimento urbano que se deu dos anos 70 até a atualidade, sendo que em cerca de 45 anos uma região que era monótona e rural se torna urbanizada e apresentando muito forte o setor de terciário.

Agora, nos atemos a ver a importância da Av. Madre Benvenuta, a qual está em estudo. Pensando que antes de o bairro onde ela se encontra, Santa Mônica, ter uma abertura para praticar as atividades de comércio e serviço ele era residencial e atendia a um público de classe média e média-alta. Tendo essa abertura a Avenida em questão era a via que cortava o bairro, sendo de maior e melhor acesso. Assim, nada mais explícito do que os lojistas e prestadores de serviços se instalarem ao longo desta. Fazendo com que ela se tornasse o cordão central e vital do bairro. Sendo que esta tem muitos tipos diferentes de estabelecimentos no setor terciário.

Por ela ser o cordão central e vital do bairro entende-se que a população que reside busca primeiramente as atividades de comércio e serviço da Avenida, pois sem ela os moradores e trabalhadores teriam que se deslocar a outros bairros vizinhos, causando transtornos de deslocamento e circulação de pessoas.

Uma moradora do bairro afirma isso na sua fala: “resido no bairro há 36 anos e utilizo o comércio local, não gosto de pegar carro e ficar em filas para ir a outro local fazer compras”.

Portanto, ressaltando novamente, a Av. Madre Benvenuta é de fundamental importância para o bairro Santa Mônica.

O Plano Diretor de Florianópolis, de 2014, fala sobre novas centralidades, onde ao longo de toda a ilha e o continente se formem novos núcleos que atendam atividades de comércio, serviço, lazer, cidadania, mobilidade, saneamento básico e sustentabilidade. Pensando nesse

pressuposto, o bairro Santa Mônica é uma centralidade, não nova, mas jovem ainda, que atende atividades citadas à cima, como comércio e serviço, entre outras, como também o projeto de instalação de uma ciclovia para mobilidade, que foi idealizado em 2006 e efetivado em 2015.

Seguindo a lógica do Plano Diretor vemos que numa escala municipal a avenida faz com que o bairro seja uma centralidade. Tentando-se fazer com que o município não fique limitado a uma aglomeração central principal como o centro de Florianópolis. Entretanto, comparando a importância do centro de Florianópolis e bairros do continente (Kobrasol, Coqueiros, etc) com a Av. Madre Benvenuta vemos que está se torna de importância menor para o município e sendo de maior importância local (do bairro).

Poderia ter trazido estatísticas e dados econômicos mais pontuais, mas estes não foram possíveis de se obter.

4 Entrevista com Transeuntes/pessoas da Av. Madre Benvenuta

Estive na Avenida e ao longo dela fui entrevistando as pessoas que passavam na rua, que estavam no ponto de ônibus, entrei em estabelecimentos como o Mercado Angeloni, Posto de combustível BR, Shopping Iguatemi, Concessionário Globo Ford e Farmácia Panvel. As entrevistas foram realizadas no período da manhã do dia 17 de novembro de 2016, com 12 pessoas na faixa etária de 18-80 anos.

Uma das questões foi se moravam no bairro ou na Avenida, e sete pessoas moravam ali, na faixa de 7 a 70 anos de vivência no bairro. Os demais viviam no Bairro Trindade, Saco Grande, e no município de Palhoça e São José. Que estavam ali porque trabalhavam em estabelecimentos comerciais e de serviços.

Uma das melhores respostas foi a de um senhor que vivia há 70 anos no bairro Santa Mônica, segue: “pode, pode me perguntar tudo, eu nasci aqui, posso escrever um livro sobre o Santa Mônica e Trindade... era tudo plantação de mandioca aqui”.

Quando abordados sobre a utilização do comércio e serviço local a metade dos entrevistados disseram que utilizavam, alguns disseram que só utilizavam mais o Angeloni e o Iguatemi. As demais responderam que não

muito, só para um lanche, restaurante. E abordadas sobre o porquê não utilizavam a maioria das respostas foram que moravam em outros bairros e municípios, e que apenas trabalhavam aqui e realizavam suas atividades lá. E uma senhora de 80 anos, classe média disse que morava no bairro há sete anos, mas que não utilizava suas atividades aqui, disse que prefere ir ao centro.

Entretanto uma das melhores respostas foi de uma mulher, segue: “eu vivo desde que nasci, aqui, só uso o comércio daqui, não vou a outros lugares, acho que tem tudo aqui”.

Sobre comércios e serviços e melhorias os entrevistados elencaram as seguintes: material de construção, panificadora, mais sinalização nas vias de transporte e segurança. Dentre os que utilizavam e os que não utilizavam nove disseram que a Avenida supre as necessidades, que não precisa de mais nada.

E uma das respostas que me deixou mais estarecido foi de um homem que vivia há 24 anos no bairro quando abordado sobre o que a Avenida deveria ter a mais (comércio e serviços), segue: “vish, nada se cria aqui”. Como fiz um levantamento do bairro, vi no histórico que muitos estabelecimentos abrem, mas logo fecham 2-3 anos.

Sobre a frequência a metade dos entrevistados disse que muitas, um casal falou que só no Angeloni iam quatro vezes por semana e um disse que ia todo dia ao Shopping Iguatemi e no Posto de Combustível BR (o qual tem um barzinho).

E por fim, da distância e mobilidade, duas respostas foram de ônibus e uma a pé, e uma maioria utilizava veículo próprio, mesmo os que moram no bairro.

Então, assim podemos ver que para uma maioria as dependências da Avenida são importantes para gerir suas vidas e que é gritante a sedentariedade das pessoas, pois até os que moram ali utilizam veículo para realizar simples atividades. E que quem apenas trabalha ali não se utiliza do comércio e serviços locais. Lembrando que estas conclusões foram tiradas com base numa amostra de 12 pessoas, não se pode generalizar, um estudo mais aprofundado com uma amostragem mais adequada revelaria, talvez, um cenário diferente, mas com estas respostas já se tem uma prévia.

Referências Bibliográficas

Associação Comunitária jardim Santa Mônica – ACOJAR. Histórico e Registros. Disponível: < <http://www.acojar.org.br/historico.html>>. Acesso em 31 de outubro de 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GuiaFloripa. Santa Mônica. Disponível em < <http://www.guiafloripa.com.br/cidade/bairros/santa-monica>>. Acesso em 24 de outubro de 2016.

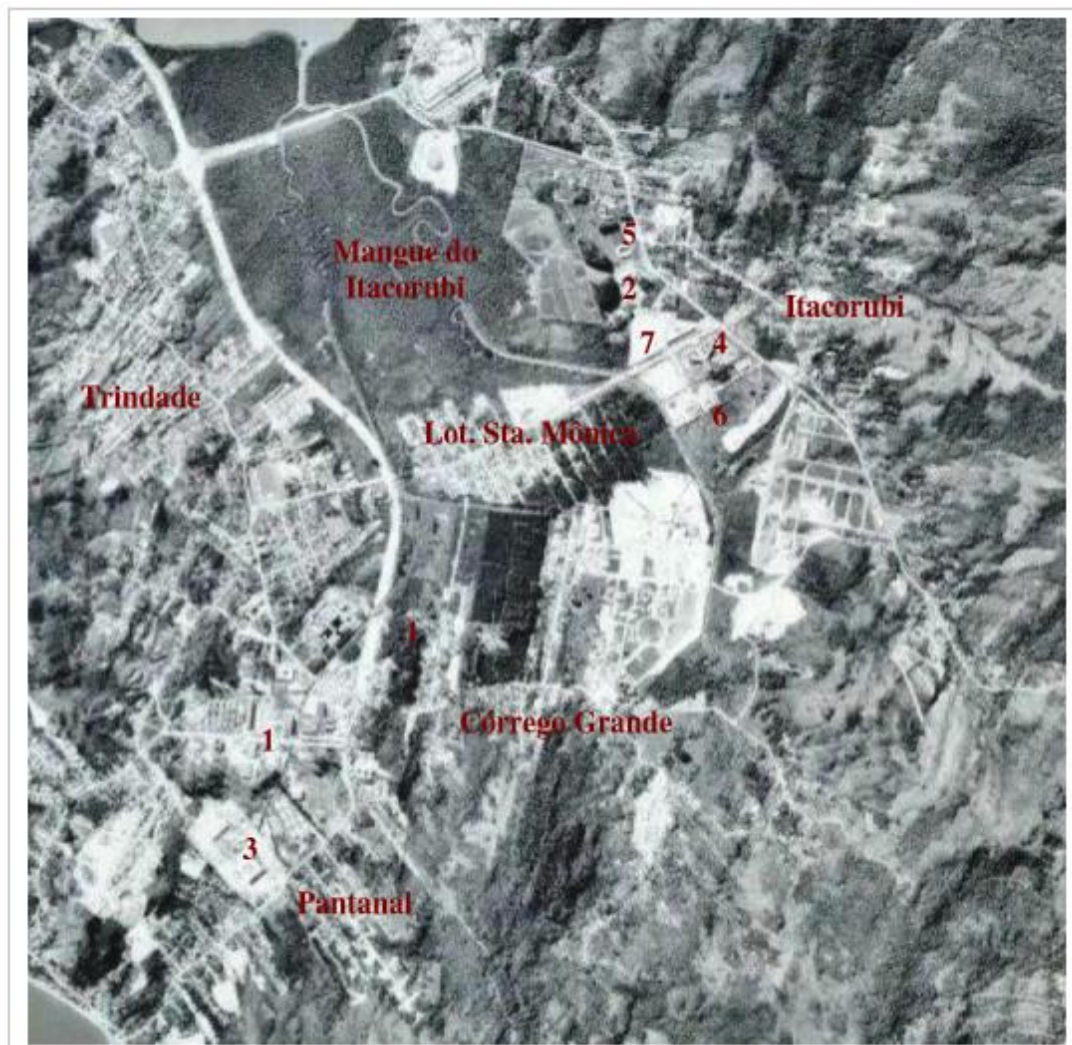
SANTOS, Cristina Camilo dos. **O processo de urbanização da Bacia do Itacorubi: a influência da UFSC**. Florianópolis, SC, 2003. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de PósGraduação em Engenharia Civil.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008.

SILVA, Juliano Avelino da. **A formação do bairro Santa Mônica em Florianópolis-SC e as transformações na sua dinâmica ocupacional**. Florianópolis, SC, 2004. Monografia (TCC) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Departamento de Geociências – Curso de Geografia.

Anexos

Figuras

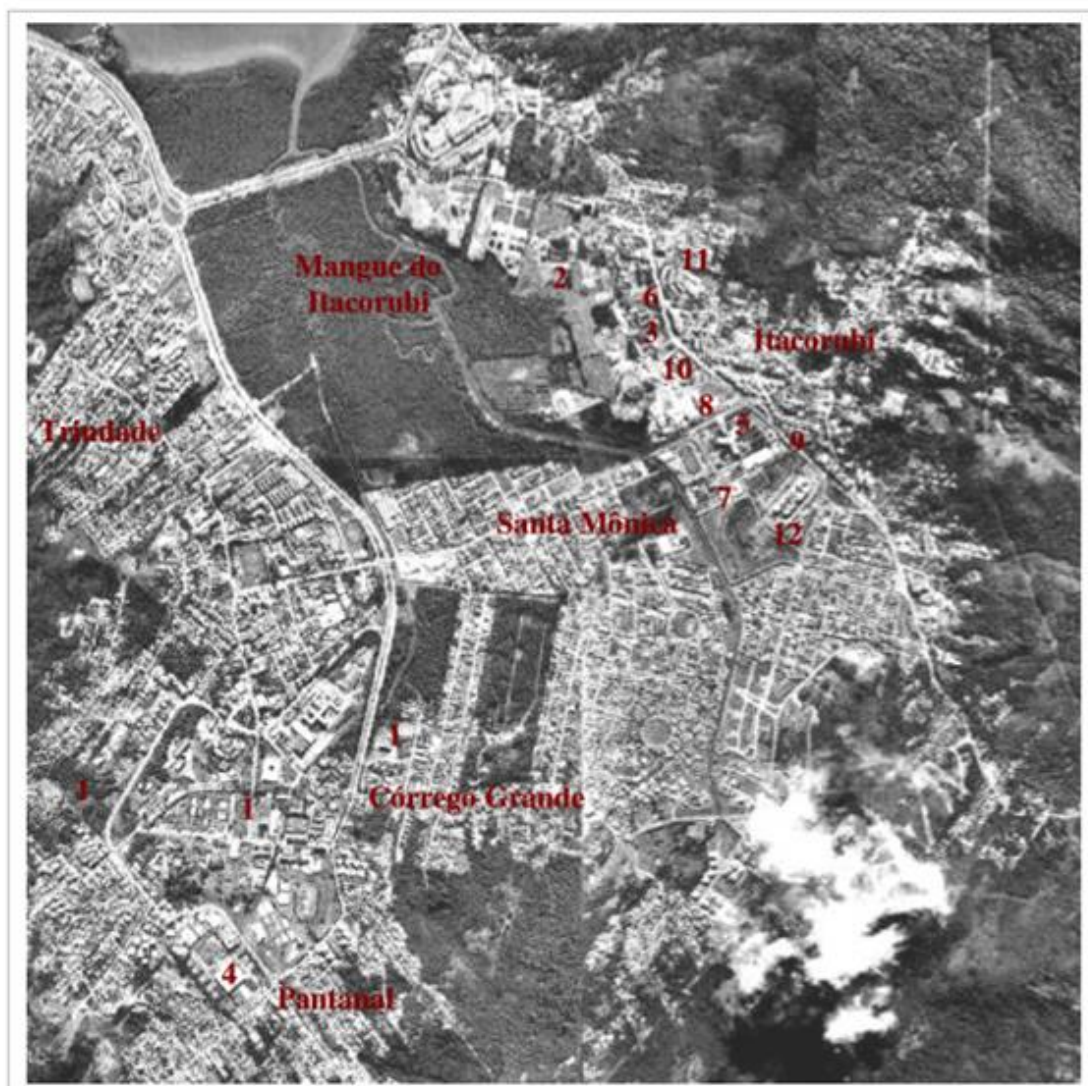


Legenda:

- | | |
|------------------------------|------------------|
| 1. Campus da UFSC | 5. CCA/UFSC |
| 2. Secretaria de Agricultura | 6. CETRE do BESC |
| 3. ELETROSUL | 7. UDESC |
| 4. TELESC | |

Figura 1: Área de localização da Bacia do Itacorubi, com os principais bairros e destaque para o Loteamento Santa Mônica, em 1987.

Fonte: Cristina Camilo Santos



Legenda:

- | | |
|------------------------------|------------------|
| 1. Campus da UFSC | 7. CETRE do BESC |
| 2. CETRE da EPAGRI | 8. UDESC |
| 3. Secretaria de Agricultura | 9. CIASC |
| 4. ELETROSUL | 10. CIDASC |
| 5. TELESC | 11. EPAGRI |
| 6. CCA/UFSC | 12. CELESC |

Figura 2: Bacia do Itacorubi, em 1998.

Fonte: Cristina Camilo Santos



Figura 3: Bairro Santa Mônica, próximo ao mangue do Itacorubi. 2003.

Fonte: Cristina Camilo Santos

O IMPACTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL NO TURISMO DO CENTRO DE FLORIANÓPOLIS/SC

Bárbara Isadora Grando²
Marcelo de Araújo³

Resumo

Florianópolis é a capital catarinense, conhecida principalmente por suas praias e belezas naturais, sendo esse o seu principal atrativo turístico. Além disso, os patrimônios históricos encontram-se espalhados por toda a Ilha, trazendo consigo um pouco da história local - porém apresentam sinais de desvalorização tanto por parte dos moradores locais quanto dos turistas. Neste estudo, busca-se refletir o impacto deste patrimônio no Centro de Florianópolis, a partir de questionários e visitas realizados nos museus da região e revisão bibliográfica. Constata-se nesta pesquisa a dificuldade em realizar uma análise quantitativa em relação à visitas aos patrimônios, devido ao fato de que muitos deles não contam com estrutura para recepção de turistas. Não há uma grande participação do município na manutenção e divulgação destes patrimônios - estes são utilizados apenas esteticamente, para dar o “ar histórico” à algumas áreas, mas sem realmente levar em conta sua história e sem necessariamente possuir um uso destinado ao público.

Palavras-chave

Patrimônio histórico, Turismo, Geografia do turismo.

² Graduanda do curso de licenciatura em Geografia na Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação (UDESC – FAED) e bolsista do grupo PET Geografia – barbara.grando@gmail.com

³ Graduando do curso de licenciatura em Geografia na Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação (UDESC – FAED) e bolsista do grupo PET Geografia – mdearaujo22@gmail.com

Introdução

Florianópolis, localizada no litoral sudeste de Santa Catarina, conta com diversas características que influenciam no desenvolvimento do turismo. Uma delas, e principal em relação ao turismo, é a grande quantidade de praias, que varia de acordo com os estudos e panfletos analisados para esta pesquisa, entre 34 e 100, dependendo dos critérios utilizados. Esse é um dos fatores que propicia de forma grandiosa o turismo de “sol e praia” no município, que cresceu muito a partir dos anos 1970 e continua crescendo até hoje.

Apesar das “belezas naturais” de Florianópolis serem o fator que move o turismo em sua maior parte, os patrimônios históricos também são de grande importância por contar a história do município e estarem ainda tão presentes em ambientes cotidianos. Entretanto, não se pode perceber grande valorização do patrimônio - nem por parte da população local, nem pelos turistas, o que é notado facilmente pela ausência de frequentadores nestes espaços e a precarização dos mesmos. Por outro lado, a presença destas edificações em ambientes cotidianos, é o que garante sua permanência e mínima visitação.

A mudança de valores gerada pela globalização, e conseqüentemente, causando a perda gradativa da identidade local através do processo de urbanização, vem provocando a descaracterização da paisagem cultural e a perda do patrimônio histórico edificado através da desvalorização e abandono destes bens. (CUNHA, 2012, p.12)

Através desta pesquisa, buscou-se refletir sobre a importância e valorização do patrimônio histórico e cultural material do centro histórico do município de Florianópolis/SC em relação ao turismo da região, a partir da conservação destes ambientes, integrando a história já passada com a contemporaneidade. Procurou-se analisar o grau de valorização e incentivo dos órgãos públicos responsáveis por fomentar esse setor do turismo do município, e o acesso a estes espaços por parte do público local. Para tal, foram enviados questionários para dez museus do Centro de Florianópolis, mas obteve-se respostas apenas dos seguintes: Fundação Cultural BADESC, Memorial do CEMJ, Museu do Homem do Sambaqui e Museu da Escola Catarinense.

1. Análise dos questionários e entrevistas

A partir de análise dos questionários respondidos, percebe-se que ainda há uma falta da valorização de alguns museus, além da falta de informação e de divulgação da existência de tais acervos históricos e culturais. Essa desvalorização parte tanto das secretarias de turismo do estado e do município - que não realizam ampla divulgação dos mesmos e dão preferência para manter o “turismo de sol e mar” de Florianópolis como foco principal - quanto dos moradores locais, que por muitas vezes não dão o devido valor à história e cultura local. Tal fato torna-se evidente através das respostas que foram obtidas para a pergunta: “Você sente que os patrimônios históricos e os museus do centro histórico de Florianópolis são valorizados em relação ao turismo do município? ”:

“Não... Embora a nossa instituição museológica exista desde 1909, muitos turistas chegam reclamando da falta de informações sobre o nosso museu, perguntam e ninguém sabe explicar onde fica, muitas vezes, nem mesmo nas unidades de turismo. ” (Museu do Homem do Sambaqui)

“Como arte educadora da Instituição, sinto a necessidade do Governo difundir com mais afinco o Turismo Cultural dentro do escopo de Museus do centro histórico de Florianópolis a fim de valorizá-los como Equipamentos Culturais da Cidade. ” (BADESC, Fundação Cultural Badesc)

“É preciso incentivar que as pessoas circulem mais como pedestres, sintam a cidade e valorizem a história. Temos sim é que promover passeios, quebrar preconceitos. Esta ideia está bem presente em relação ao turismo do município. ” (MESC, Museu da Escola Catarinense)

A partir destes relatos, realizou-se uma breve pesquisa sobre os patrimônios tombados do Centro de Florianópolis que possuem ambientes destinados à visitação, além da identificação de todos os patrimônios tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e pelo Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município (SEPHAN).

2. Análise do patrimônio histórico material no Centro de Florianópolis

Com a identificação dos patrimônios, percebeu-se que as edificações que tem uma boa estrutura física e de recepção aos turistas, são poucas quando se inclui os bens tombados pelo município. Já quando tratam-se dos patrimônios tombados pela FCC e pelo IPHAN, a maioria possui algum tipo de infraestrutura para recepção de visitantes.

Quando feita a análise do patrimônio municipal, percebeu-se que muitos são lugares já conhecidos no cotidiano do centro da cidade. Esses bens tombados pelo município são utilizados, geralmente, para fins de comércio. Então, estes edifícios são tidos, na sua maioria, segundo o decreto municipal nº 521/89, de 21 de dezembro de 1989, como de preservação parcial, na categoria P2, ou seja:

“Imóvel participe de conjunto arquitetônico, cujo interesse histórico está em ser desse conjunto, devendo seu exterior ser totalmente conservado ou restaurado, mas podendo haver remanejamento interno, desde que sua volumetria e acabamento externos não sejam afetados, de forma a manter-se intacta a possibilidade de aquilatar-se o perfil histórico urbano”.
(CUNHA, 2012)

Nas casas de tombamento externo, é permitido que o interior das construções sejam modificados para abrigar o que for, mas suas características arquitetônicas externas devem ser impreterivelmente mantidas e preservadas. É o caso de muitas construções no Centro de Florianópolis, o que dá à área um ar de “antiguidade”, com a presença de diversas rugosidades⁴ que possuem características da cultura regional, como pode ser observado em diversas ruas e travessas do Centro de Florianópolis. Exemplos destes conjuntos são as vias Conselheiro Mafra e Hercílio Luz, que são símbolos deste tipo de espaço,

⁴ “As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados.” (SANTOS, p.173, 2004)

apesar de não haver resgate da história das pessoas que ali viviam ou do motivo da existência destas construções, permitindo muitas vezes que discursos negativos sobre estes espaços de preservação difundam-se rapidamente entre os diálogos da população.

Não há uma grande participação do município na manutenção e divulgação destes patrimônios - estes são utilizados apenas esteticamente, para dar o “ar histórico” à algumas áreas, mas sem realmente levar em conta sua história e sem necessariamente possuir um uso destinado ao público, servindo frequentemente de apoio para a argumentação de discursos políticos os quais teoricamente prezam pela conservação do patrimônio.

3. A divulgação dos patrimônios e o interesse no tombamento

A partir de *folders* e *flyers* distribuídos pela secretaria municipal de turismo, foi realizada uma análise sobre a maneira como os patrimônios são divulgados. De modo geral, percebe-se que os patrimônios históricos competem com as belezas naturais da capital, e acompanham a ideia de manter um ar histórico à certas áreas da cidade sem dar valor à própria história e a arquitetura característica da cultura açoriana. Isso fica claro pela mensagem que se passa nos folders, de “visite e tire uma foto”. A divulgação desta forma torna-se bastante evidente quando se refere à Ponte Hercílio Luz, que é vista apenas como “cartão postal da cidade”, tanto quanto para outros principais edifícios tombados.

A ponte Hercílio Luz, serviu desde o início como atrativo para o turismo local, mas não pela história agregada a ela e sim por sua grandiosa arquitetura, bastante inovadora para a época em que foi construída (década de 20). Segundo Oliveira, 2011, para a construção da ponte, o governo do estado financiou com o banco de *New York*, “Imbrie & CO”, um valor de 20 mil contos de réis, devido a falta de recursos do governo para a construção desta obra considerada primordial para o desenvolvimento econômico do estado e da capital, por ser a primeira ligação da ilha de Florianópolis com a parte continental da cidade.

Apesar de toda articulação desenvolvida para construção da ponte, com o crescimento do tráfego diário e o passar dos anos, sua estrutura tornou-se

bastante debilitada e o risco de queda mostrou-se crítico, levando à sua interdição para o tráfego de automóveis no ano de 1982 e interdição definitiva para qualquer tráfego, no ano de 1991.

O fechamento da ponte foi o fator decisivo para o tombamento da ponte, pois só os recursos recebidos pelo tombamento da estrutura como patrimônio material através IPUF⁵ não eram suficientes para realização de um projeto de reforma, sendo assim, foram iniciados os trâmites para que a estrutura fosse tombada também pelo IPHAN⁶, trazendo assim, recursos do governo federal. Todo esse processo acabou incutindo na população a ideia de que a ponte Hercílio Luz possui realmente um valor cultural e patrimonial, porém todos os processos realizados para o tombamento constituem-se em atos políticos e não de proteção de valores culturais, tendo em vista que o tombamento da estrutura visava apenas o recebimento de verba para restauração de uma das principais conexões ilha-continente.

Em relação à frequência dos museus, percebe-se uma grande dificuldade de contabilizar a quantidade de visitantes nos museus, já que a maioria deles adota como método de contagem as assinaturas em livros de registro, que é opcional. Assim, as administrações locais não se utilizam destes dados para produzir estatísticas e analisar o ritmo de visitas. Em geral, não se percebe pelos museus analisados uma grande diferença na quantidade de visitantes durante o verão, o que indica que mesmo que a cidade esteja cheia de turistas, estes não estão buscando a cultura e história local, e sim as praias, mantendo o “turismo de sol e mar”.

Ressalta-se aqui, novamente, a importância das secretarias em divulgar os patrimônios históricos e culturais do município, buscando preservar e disseminar a história florianopolitana, das pessoas que na cidade viviam e das culturas que se desenvolveram e permanecem até hoje, marcando fortemente o espaço urbano.

4. Iniciativas à valorização da visitação e ao tombamento

⁵ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis/SC

⁶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O que pode ser percebido em Florianópolis é a grande quantidade de visitas de escolas aos museus - há inclusive um projeto intitulado “Mapa das Artes, Cultura e Turismo”, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, em parceria com a Secretaria de Educação, que incentiva essas visitas, visando fortalecer a identidade cultural e turística, além de relacionar as experiências de visita aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Além disso, em março de 2018 a Fundação Catarinense de Cultura lançou um projeto chamado “Horizontes do Patrimônio Pioneiro Catarinense”, que tinha como objetivo “criar um banco de dados com informações sobre construções, paisagens ou referências históricas e culturais existentes nos municípios de Santa Catarina”, desenvolvido colaborativamente. “Desde 2017, a FCC tem atuado de forma incisiva na valorização e no reconhecimento neste campo. Culminou com a homologação do tombamento de 57 imóveis históricos do chamado Roteiro Nacional da Imigração, elevando para 350 o número de edificações que agora contam com a salvaguarda do Estado” informa o presidente da FCC, Rodolfo Pinto da Luz.

“A ideia deste projeto é dar continuidade a outros inventários já realizados pela FCC, buscando compreender o que, de fato, as comunidades catarinenses entendem como sendo o 'seu patrimônio', o que realmente as tocam e mobilizam. A preservação do patrimônio cultural precisa ser um pacto social, por isso a iniciativa deste inventário colaborativo”, completa Vanessa Maria Pereira, diretora de Preservação do Patrimônio Cultural da FCC. (SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE, 2018)

Iniciativas desta natureza, estimulam a população que passa a opinar nas decisões acerca do que realmente faz parte da cultura local, além de receber o auxílio da Fundação para transformar tais locais em patrimônios históricos oficialmente tombados, o que pode gerar uma maior valorização principalmente por parte dos habitantes.

É possível perceber uma busca pela valorização dos patrimônios pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a partir do projeto

“Jornadas Patrimoniais Santa Catarina”, com um ciclo de debates abertos e gratuitos que abordarão Educação Patrimonial, Patrimônio Material, Patrimônio Imaterial e Arqueologia, ao longo do ano de 2018.

Considerações finais

De forma geral é possível perceber através dos dados obtidos e dos questionários realizados, que o patrimônio histórico material do Centro de Florianópolis ainda não possui a visibilidade que deveria em relação a valorização da cultura local. Fica evidente a necessidade de divulgação pela Secretaria Estadual de Turismo, assim como pela Secretaria Municipal de Turismo, que não se propague apenas a ideia de Florianópolis pelas suas belezas naturais, mas também pela sua história e cultura, que são marcadas pelos patrimônios históricos que se espalham pela cidade.

Apesar das iniciativas oriundas dos órgãos públicos, como os projetos citados anteriormente, desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, Fundação Catarinense de Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ainda existe uma grande necessidade de criação de novos projetos que introduzam cada vez mais a população e os visitantes na cultura e história local, para que haja uma conservação da mesma ao longo do tempo. Por fim, a partir de todo esse contexto e configuração das relações dos órgãos responsáveis por esse setor que compete tanto às questões econômicas do município e estado, como também, e principalmente aos valores culturais e sociais das comunidades florianopolitanas; percebe-se a falta de interesse por parte das políticas locais em incentivar a visitação e manutenção destes marcos históricos e culturais pois estas não tratam o patrimônio como algo de relevância para o turismo da região, superestimando o turismo de “sol e mar”.

Ressalta-se aqui a importância cada vez mais crescente deste patrimônio que já conta com uma infraestrutura para recepção de visitantes, de contabilizar estas visitas, a fim de mostrar sua relevância em meio ao espaço urbano em constante crescimento, para que possam reivindicar cada vez mais melhores condições de conservação do patrimônio, assim como auxílios na divulgação e manutenção destes espaços.

A falta de valorização resulta em um centro histórico que durante o dia mostra-se bastante movimentado devido à intensa circulação dos trabalhadores da cidade, e durante a noite, espaços de preservação como estes citados aqui, que poderiam ser utilizados como forma de propagação da cultura - sendo em forma de teatros, museus, bares, boates - tornam-se lugares abandonados, devido a falta de divulgação e incentivo de revitalização de uma área que vem sendo cada vez mais esvaziada devido à descentralização do crescimento urbano.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Thaís. **Um estudo de verificação de uso do patrimônio histórico municipal tombado no centro de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdades Integradas Associação de Ensino de Santa Catarina - Turismo, Florianópolis/SC, 2012. <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/30_09_2013_11.27.47.9f87f782251449c315cf240877a2eea6.pdf> Acesso 12 dez. 2017.

FLORIANÓPOLIS. **Projeto Mapa das Artes, Cultura e Turismo - Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico**. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=projeto+mapa+da+s+artes++cultura+e+turismo&menu=4&submenuid=1271>> Acesso 12 dez. 2017.

IPHAN-SC. **Jornadas Patrimoniais Santa Catarina: ciclo de debates tem início em abril**. 27 de março de 2018. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/sc/noticias/detalhes/4583/iphan-inicia-%E2%80%9Cjornadas-patrimoniais-sc%E2%80%9D>> Acesso 30 mar. 2017.

MAKOWIECKY, S.; CARNEIRO FILHO, A. A. . **Florianópolis: conjuntos históricos urbanos tombados**. DAPesquisa, v. 2, p. 1-9, Florianópolis - SC, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de Sol e praia: Orientações Básicas.** Brasília, 2010. Disponível em <[http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo de Sol e Praia Versxo Final IMPRESSxO .pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6ª ed. - São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Coleção Milton Santos; 2.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE. **FCC lança projeto de valorização do patrimônio presente em municípios catarinenses.** 26 fev. 2018. Disponível em <<http://www.sol.sc.gov.br/index.php/noticias/4075-fcc-lanca-projeto-de-valorizacao-do-patrimonio-presente-em-municipios-catarinenses>>

PET INDICA

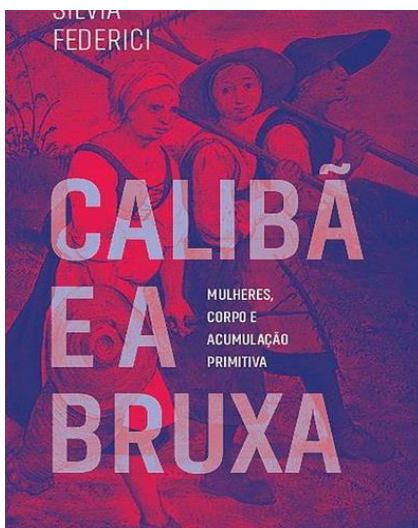


SINOPSE: “Pretty Boy” é uma história do amadurecimento de um adolescente que sofre bullying no ensino médio. Sean sofre por conta de sua sexualidade e as dificuldades encontradas por estar no cerne de uma família de hábitos tradicionais. Após seu pai, um cristão devoto, encontrar algumas revistas em seu quarto, ele vai longe e tenta fazer Sean encontrar a “luz” e agir como um homem, de acordo com suas crenças.

Sean é apresentado para Katie, uma prostituta que compreende os estigmas de uma sociedade moderna e o ajuda a enxergar a “luz” que o garoto possui dentro de si.

“Pretty Boy” deseja inspirar os jovens a seguirem seus corações, para encontrar sua verdadeira família se “a família que eles nasceram não é a família que eles querem estar”.

Link: <https://youtu.be/ngpq9OSsv-I> (32'03”)



As acadêmicas feministas desenvolveram um esquema interpretativo que lança bastante luz sobre duas questões históricas muito importantes: como explicar a execução de centenas de milhares de "bruxas" no começo da Era Moderna, e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres.

Segundo esse esquema, a caça às bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua própria função reprodutiva, e preparou o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor. Essa interpretação também defende que a caça às bruxas tinha raízes nas transformações sociais que acompanharam o surgimento do capitalismo.

No entanto, as circunstâncias históricas específicas em que a perseguição às bruxas se desenvolveu - e as razões pelas quais o surgimento do capitalismo exigiu um ataque genocida contra as mulheres - ainda não tinham sido investigadas. Essa é a tarefa que empreendo em "Calibã e a bruxa", começando pela análise da caça às bruxas no contexto das crises demográfica e econômica europeias dos séculos XVI e XVII e das políticas de terra e trabalho da época mercantilista.

Meu esforço aqui é apenas um esboço da pesquisa que seria necessária para esclarecer as conexões mencionadas e, especialmente, a relação entre a caça às bruxas e o desenvolvimento contemporâneo de uma nova divisão sexual do trabalho que confinou as mulheres ao trabalho reprodutivo.

No entanto, convém demonstrar que a perseguição às bruxas - assim como o tráfico de escravos e os cercamentos - constituiu um aspecto central da acumulação e da formação do proletariado moderno, tanto na Europa como no Novo Mundo.

Autora: Silvia Federici (2017)
Editora Elefante
464 p.

Eventos

VI Colóquio Internacional de Educação (10 a 12 de setembro de 2018 - Joaçaba, Santa Catarina, Brasil)

III Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (10 a 14 de setembro de 2018 - Niterói, Rio de Janeiro, Brasil)

VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: resistências e ocupações nos espaços de educação, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade (19 a 21 de setembro de 2018 - Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil)

XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (22 a 28 de setembro de 2018 - Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil)

EDUPALA 2018 - II Congresso Internacional Conhecimentos Pertinentes para a Educação na América Latina (24 a 26 de setembro de 2018 - Lages, Santa Catarina, Brasil)

XI Jornadas Patagônicas de Geografía y I Congreso Internacional de Geografía de la Patagonia Argentino-Chilena (XI Jornada Patagônica de Geografía e I Congresso Internacional de Geografía da Patagônia Argentino-Chilena) (26 a 29 de setembro de 2018 - Neuquén, Argentina)

XI Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro e o II Simpósio Brasileiro sobre Praias Costeiras (15 a 20 de outubro de 2018 - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil)

XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária (6 a 10 de novembro de 2018 - Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil)